

MENSAGEM Nº 184

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de maio de 2021.

Brasília, 28 de Abril de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **PAULO CESAR DE CAMARGO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista nos artigos 39 e 42 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 321/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 04 de maio de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá Silvestre Filho
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003141/2021-15

SEI nº 2542311

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE, MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS

CPF: 343.388.451-04

ID: 10100 MRE-DF

1963 Filho de Lázaro Ferraz Campos e Carmen Arbizu Oltra, nasce em 10 de abril em Barcelona, Espanha (brasileiro de acordo com o art. 129, inciso II, da Consituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1986 Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
1988 Mestrado em Administração Pública e Gestão Governamental pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP
2009 LIV Curso de Altos Estudos (CAE – IRBr): “O Memorando de Entendimento Brasil-EUA para Avançar a Cooperação em Biocombustíveis e a Busca de Convergências com as Agendas Energéticas da OEA e do BID”

Cargos:

1991 Terceiro-Secretário
1996 Segundo-Secretário
2001 Primeiro-Secretário
2006 Conselheiro
2012 Ministro de Segunda Classe
2019 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1991-95 Divisão de Meio Ambiente (DEMA), Assistente
1995-99 Embaixada do Brasil em Lisboa
1999-2003 Embaixada do Brasil em Tóquio
2003-2004 Assessoria de Comunicação Social, Assessor
2004-2007 Assessoria de Imprensa do Gabinete, Assessor
2007-2009 Delegação junto à OEA, Washington, EUA
2009-2011 Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (COF), Assessor Técnico
2011-2012 Departamento de Administração (DA), Assessor
2012-2013 Coordenação-Geral de Auditoria/CISET, Coordenador-Geral, substituto
2013-2016 Coordenador-Geral de Auditoria
2016 Chefe da Divisão de Assuntos de Defesa
2016 Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
2019 Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e com o Congresso Nacional

Condecorações:

2000 Ordem do Infante Dom Henrique, Oficial
2017 Ordem de Rio Branco, Grande Oficial

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS

Chefe da Divisão do Pessoal

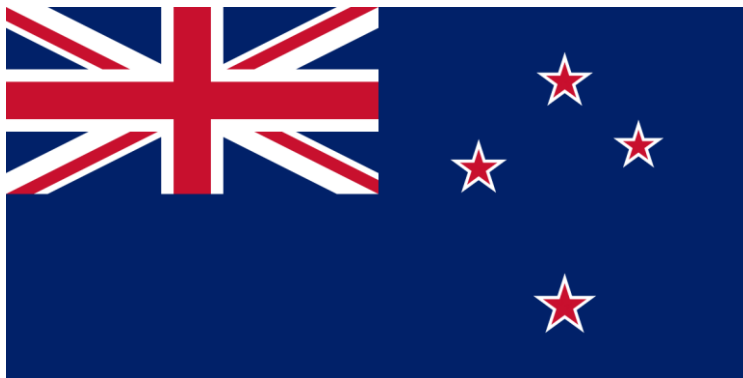
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE NEGOCIAÇÕES BILATERAIS NA ÁSIA, PACÍFICO E RÚSSIA (SARP)

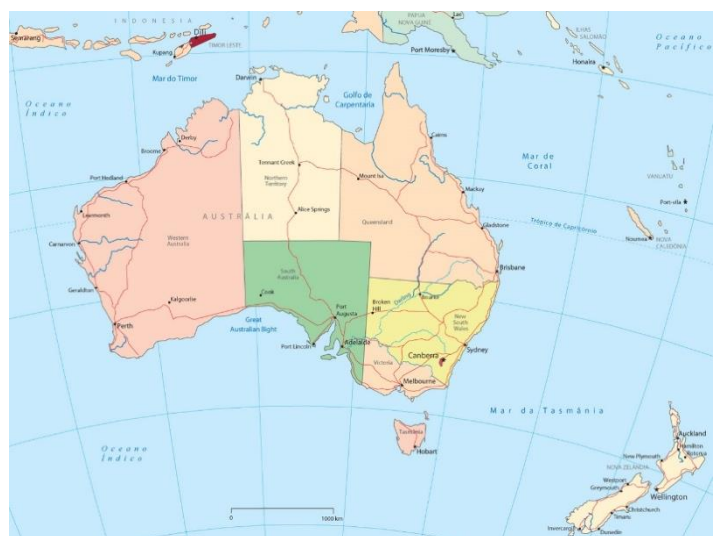
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)

Divisão de Pacífico (DAP)

NOVA ZELÂNDIA



Informação
ostensiva
Março de
2021



DADOS BÁSICOS SOBRE A NOVA ZELÂNDIA

NOME OFICIAL	Nova Zelândia
GENTÍLICO	neozelandês ou kiwi (informal)
CAPITAL	Wellington
DATA NACIONAL	06/02 (<i>Waitangi Day</i>)
ÁREA	267,710km ²
POPULAÇÃO (est. jun/2020)	5,1 milhões (Stats NZ)
LÍNGUA OFICIAL	inglês e maori
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo 44,3% (Católicos 11,6%, Anglicanos 10,8%, Presbiterianos 7,8%, Metodistas 2,4%), Hinduísmo (2,1%), Budismo (1,4%), sem religião (38,5%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	unicameral (Parlamento com 120 assentos: 70 membros eleitos diretamente (7 maori), e 50 membros eleitos proporcionalmente). Os membros servem mandatos de três anos.
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada pela Governadora-Geral Dame Patsy Reddy (desde setembro de 2016)
CHEFE DE GOVERNO	Primeira-Ministra Jacinda Ardern (desde outubro de 2017)
CHANCELER	Nanaia Mahuta (desde novembro de 2020)
PIB NOMINAL (2019)	US\$ 205,2 bilhões (FMI)
PIB PPP (2019)	US\$ 215,77 bilhões (FMI)
PIB PER CAPITA (2019)	US\$ 41.670 (FMI)
PIB PPP PER CAPITA (2019)	US\$ 43.810 (FMI)
VARIAÇÃO DO PIB	2,2% (2019); 3,8% (2018); 3,2% (2017); 3,7% (2016) (BIRD)
IDH (2018)	0,921 (14ª posição entre 189 países) (PNUD)
EXPECTATIVA DE VIDA (2018)	82,1 anos (PNUD)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (set/2020)	5,3% (Stats NZ)
DÍVIDA EXTERNA (2019)	US\$ 102 bilhões (49% do PIB) (Stats NZ)
INFLAÇÃO (2019)	1,6% (FMI)
UNIDADE MONETÁRIA	dólar neozelandês
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Christopher John Langley (desde setembro/2018)
EMBAIXADOR DO BRASIL	Paulo Cesar de Camargo (desde novembro/2016)
BRASILEIROS NO PAÍS	Existem cerca de 6.000 brasileiros residentes.
CUMULATIVIDADES	Tuvalu, Samoa, Kiribati e Tonga

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) - *Fonte: Comex Stat*

Brasil → NZ	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	91	134	125	232	203	120	152	142	137	142	138,5
Exportações	46	87	62	74	69	64	96	83	77	72	80,9
Importações	45	47	63	158	134	55	56	59	60	70	57,6
Saldo	1	40	-1	-83	-65	8	40	24	17	2	23,3

PERFIS BIOGRÁFICOS

Dame Patsy Reddy

Governadora-Geral



Dame "Patsy" Reddy (Patricia Lee Reddy) nasceu em Matamata, na Ilha Norte, em 17/5/1954, filha de professores. É a 21ª governadora-geral da Nova Zelândia e a terceira mulher a ser nomeada para o cargo de governador-geral desde 1840. Estudou Direito (graduação e mestrado) na "Victoria University" de Wellington e acumulou vasta experiência em administração pública e em funções de consultoria nos setores público e privado. Além de atuar na "Air New Zealand" e no grupo "Sky City Entertainment", trabalhou como diretora em empresas influentes como "Telecom Corporation", "Southern Petroleum" e "New Zealand Post". Na administração pública, foi presidente da Comissão de Cinema da Nova Zelândia e vice-presidente da "New Zealand Transport Agency". Tem participação ativa na gestão de organizações artísticas, inclusive como administradora do Festival Internacional de Artes da Nova Zelândia e do Festival de Jazz de Wellington, além de presidir o Conselho de Administração do "New Zealand Film Archive". Foi fundadora e membro do conselho consultivo da organização "New Zealand Global Women".

Jacinda Ardern

Primeira-Ministra



Jacinda Ardern nasceu na cidade de Hamilton, na Nova Zelândia, em 26/07/1980, e cresceu em ambiente rural. Formou-se na Universidade de Waikato em Estudos de Comunicação em Política e Relações Públicas. Após a universidade, trabalhou como consultora no gabinete da então primeira-ministra Helen Clark.

Ingressou, aos 18 anos, no Partido Trabalhista da Nova Zelândia. Em 2008, entrou no Parlamento da Nova Zelândia, onde tem sido forte defensora das crianças e das mulheres. Tornou-se deputada para o eleitorado de Mt. Albert, Auckland, no início de 2017, e líder do Partido Trabalhista em agosto de 2017. Além de primeira-ministra (desde outubro/2017), ela ocupa o cargo de ministra da Segurança Nacional e Inteligência, Ministra das Artes, da Cultura e do Patrimônio e ministra da Redução da Pobreza Infantil, questão pela qual tem interesse particular.

Nanaia Mahuta

Ministra das Relações Exteriores



Pela primeira vez em sua história, a Nova Zelândia tem uma ministra das Relações Exteriores. Antes ministra do Desenvolvimento Maori e também da pasta de Governo Local, a nova ministra é de ascendência maori, nascida em Auckland em 21/8/1970. É parlamentar desde 1996 e também ocupou posição ministerial no governo Trabalhista entre 2005-2008 (Aduanas, Desenvolvimento dos Jovens e Governo Local). Apesar de os registros não apontarem para larga experiência com temas internacionais, a futura ministra atuou como ministra-associada de Comércio e Ampliação das Exportações no primeiro governo de Ardern (área que é institucionalmente atribuída ao MFAT). Mahuta seguirá também com a atribuição pelo tema do Governo Local.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e a Nova Zelândia estabeleceram relações diplomáticas em 1964. Alguns fatos contribuíram para intensificar o relacionamento bilateral: i) a abertura da embaixada do Brasil em Wellington (1997); ii) a mudança do Escritório Comercial da Nova Zelândia de Santiago para São Paulo (1999); iii) o lançamento da “Estratégia Latino-Americana” neozelandesa (2000); iv) a inauguração da embaixada da Nova Zelândia em Brasília (2001); e v) a visita do então primeiro-ministro neozelandês ao Brasil (2013).

Comércio e investimentos:

Comércio

O comércio entre Brasil e Nova Zelândia é relativamente modesto. Em 2019, o intercâmbio bilateral somou cerca de US\$ 141,93 milhões (exportações de US\$ 71,94 milhões e importações de US\$ 69,99 milhões, com saldo positivo para o Brasil de US\$ 1,95 milhões). Recorda-se que, em 2018, o saldo positivo brasileiro foi de US\$ 16,7 milhões.

Em 2019, destacaram-se as exportações brasileiras para a NZ de café (20%), produtos de origem animal para confecção de fármacos (12%), suco de laranja (10%), pneumáticos (8%) e café solúvel (7,5%). No mesmo ano, as importações brasileiras da Nova Zelândia foram compostas de filés de peixe congelado (25%), aparelhos transmissores (9,7%), produtos lácteos (6,9%) e xarope de lactose (5,9%). A tarifa média dos produtos que compõem a pauta bilateral é bastante reduzida, variando de 0 a 2%.

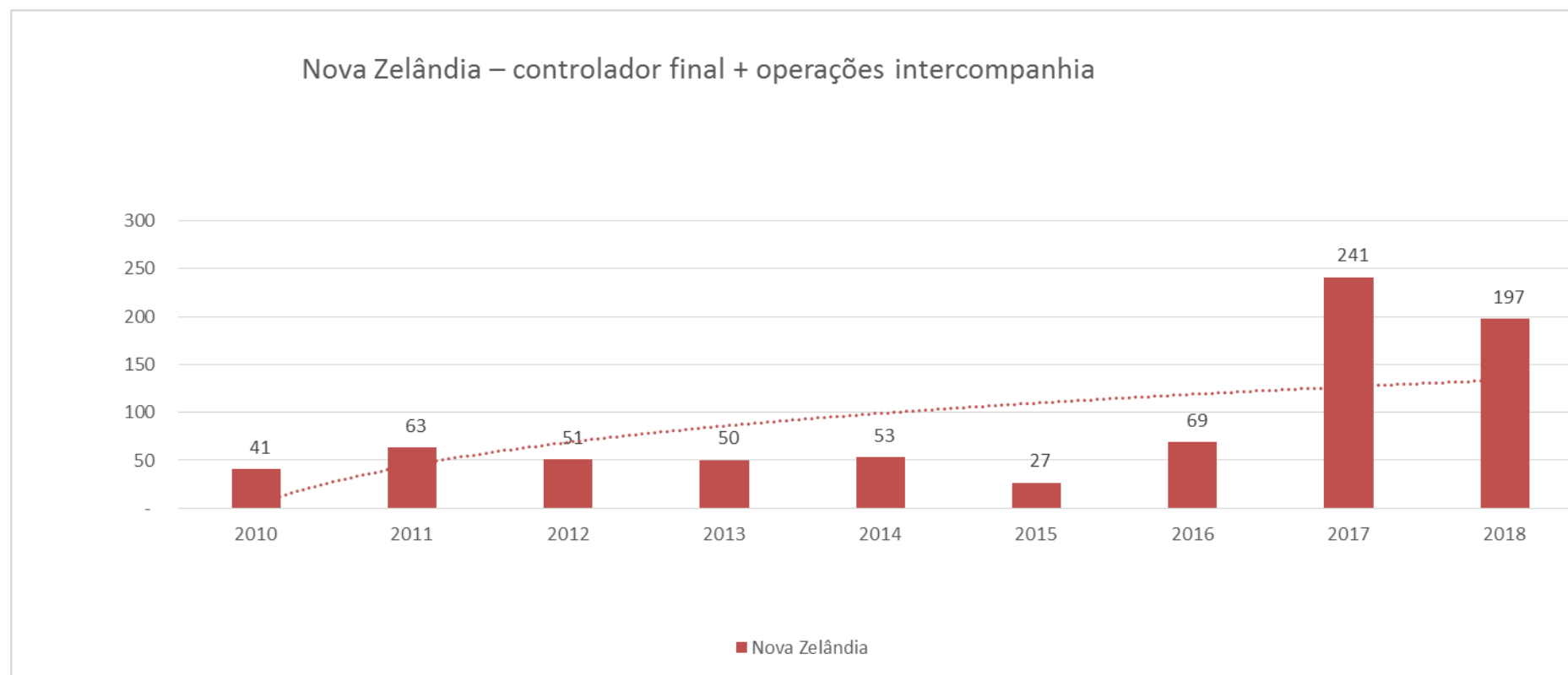
Em fevereiro de 2019, foi encerrada a aplicação pelo Brasil do direito antidumping sobre as exportações para o Brasil de leite em pó originárias da Nova Zelândia e da União Europeia. As importações brasileiras de leite em pó provenientes da NZ estiveram sujeitas a medida antidumping no valor de 3,9% desde 2001. Com a extinção do direito antidumping, as exportações provenientes da NZ passaram a estar sujeitas aos 28% da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul (tarifa *most favoured nation* do bloco).

Investimentos

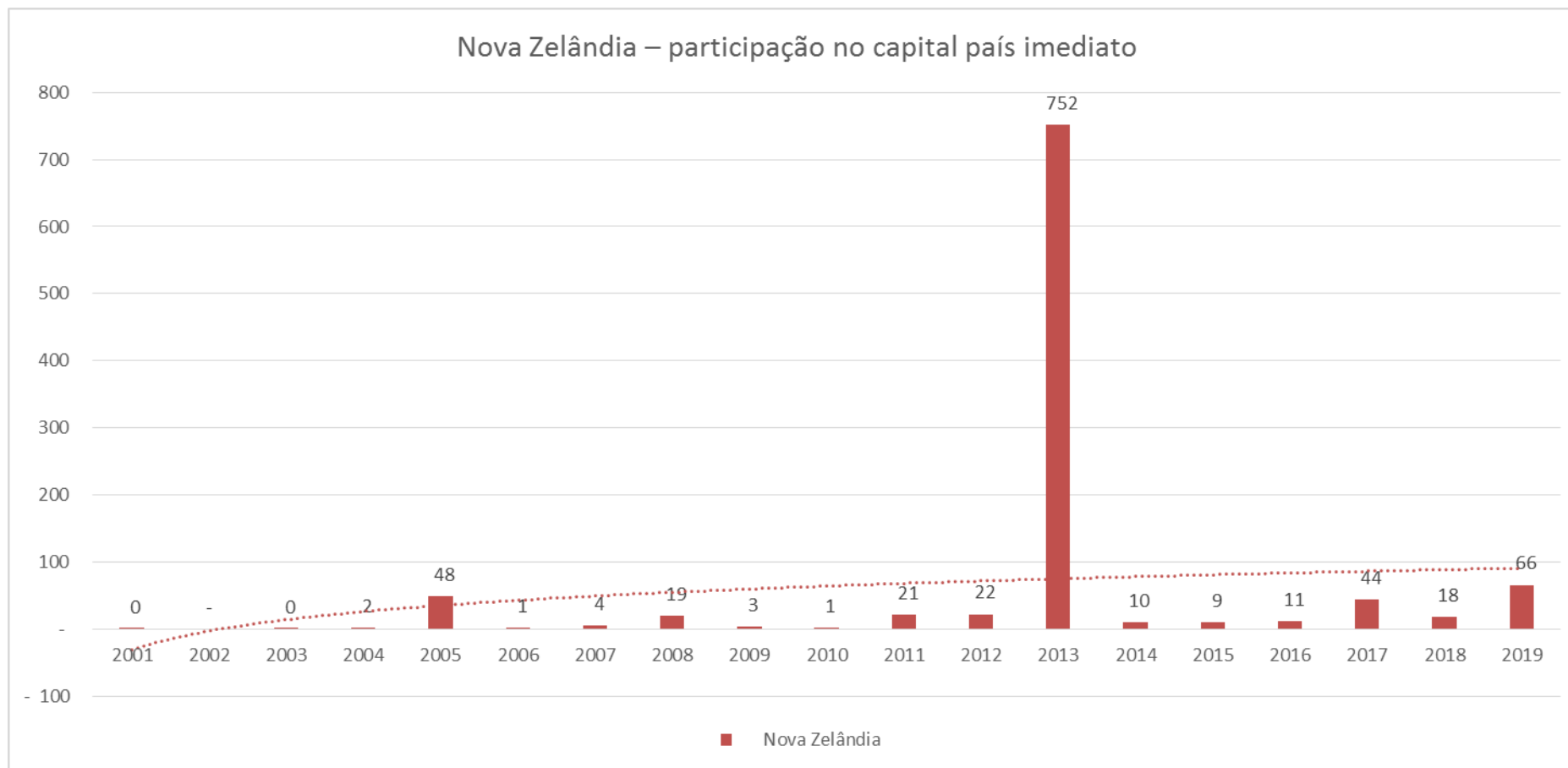
Em 2019, os investimentos de empresas neozelandesas no Brasil totalizaram cerca de US\$ 66 milhões, de acordo com dados do Banco Central do Brasil. Quando se levam em conta os investimentos intra-firma, esse montante sobe para US\$ 197 milhões. O estoque de investimentos neozelandeses no país, entre 2000 e 2018, soma US\$ 965 milhões, com destaque para 2013, quando a empresa “Leitíssimo” investiu no país cerca de US\$ 700 milhões.

Percebe-se, nos últimos anos, crescimento dos investimentos neozelandeses no Brasil. Empresas desse país têm estabelecido parcerias no Brasil principalmente nos setores de agricultura (lácteos, tecnologia agrícola e consultoria, entre outros), tecnologia da informação e comunicação (aplicativos para rádios e celulares), serviços (educação, turismo e hotelaria), fabricação de inseticidas e de resinas termoplásticas. Outros setores que merecem destaque são holdings, pesquisas de mercado e atividades imobiliárias.

Evolução dos Investimentos da Nova Zelândia no Brasil (em US\$ milhões)



Fonte: Banco Central do Brasil (fevereiro/2020)



Fonte: Banco Central do Brasil (fevereiro/2020)

Não há dados compilados sobre investimentos brasileiros na Nova Zelândia disponibilizados pelo Banco Central do Brasil.

Infraestrutura

O plenário do Senado Federal aprovou, em setembro de 2018, o texto do "Acordo Sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia", celebrado em Brasília, em 11 de março de 2013, propiciando a ratificação do acordo. O acordo gerou novo marco jurídico para a operação de serviços aéreos entre os territórios de Brasil e Nova Zelândia, contribuindo para o adensamento das relações bilaterais nos setores do turismo e do investimento. O acordo possui cláusula de livre determinação de capacidade, abolindo as restrições de frequência. Essa mudança representa marco adequado para o incremento do intercâmbio de carga e de passageiros entre os dois países.

Em decorrência da assinatura do acordo aéreo, a empresa *Air New Zealand* estuda a abertura de rota aérea direta entre Auckland e o Brasil (possivelmente Guarulhos), considerando que 30% da frequência do voo Auckland-Buenos Aires tem como destino final o Brasil.

Cooperação bilateral:

Ciência, Tecnologia e Inovação

A Nova Zelândia é celeiro dinâmico de pesquisa nos campos mais variados, da biotecnologia às ciências ambientais, em especial em áreas como processamento de laticínios, genética animal e vegetal. O país se orgulha de estar constantemente vivendo processos de reinvenção, e que, em razão de sua insularidade peculiar, habituou-se a ser autossuficiente. Nesse contexto, o potencial de cooperação e intercâmbio científico e tecnológico com o Brasil é significativo. Destaca-se a complementaridade da pesquisa científica e tecnológica na área de ciências agrárias, notadamente em temas como biogás, aproveitamento da biomassa, biocombustíveis e sistemas de rastreamento de gado.

O "Memorando de Entendimento na área de Cooperação Científica e Tecnológica", assinado por ocasião da visita da então primeira-ministra Helen Clark a Brasília, em novembro de 2001, teve sua validade expirada. Por sua vez, o "Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e de Inovação", celebrado em março de 2013 entre o CNPq e sua contraparte neozelandesa, *Education New Zealand*, por ocasião da visita do então primeiro-ministro John Key a Brasília, viabilizou, até julho de 2015, a ida de 195 estudantes brasileiros ao país, no contexto do Programa "Ciência sem Fronteiras".

Cooperação educacional

O Brasil é um mercado importante para o setor de educação da Nova Zelândia. Em 2017, cerca de 3.600 estudantes brasileiros passaram pela Nova Zelândia, a maioria deles em cursos de inglês. A *Education New Zealand* (ENZ), responsável pelo desenvolvimento da área internacional do sistema de educação neozelandês, homenageou o Brasil na edição de 2018 da *New Zealand International Education Conference*, ressaltando que o país é a maior fonte de estudantes na América Latina.

Meio Ambiente

O Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Conservação Ambiental, assinado por ocasião da visita do então MERE à Nova Zelândia em agosto de 2008, embasou as relações bilaterais em matéria ambiental. O Memorando, que tinha validade de cinco anos, expirou. Durante a vigência do Memorando, o MMA organizou, em 2010, visita técnica de representantes do Serviço Florestal Brasileiro à Nova Zelândia, com o objetivo de melhor conhecer a experiência daquele país em concessão florestal, economia florestal e gestão de parques. Também vale mencionar a visita do ministro Augusto Nardes, do TCU a Wellington, em abril de 2018, quando tratou do papel das entidades fiscalizadoras superiores em questões relacionadas ao meio ambiente.

No âmbito multilateral, mencione-se que Brasil e Nova Zelândia são partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) – que tem como objetivo principal a promoção da conservação e do uso sustentável da biodiversidade – e do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança à CDB – cujo objetivo é o de assegurar adequada proteção na transferência, no manuseio e no uso de organismos geneticamente modificados. No âmbito da Comissão Internacional da Baleia (CIB), Brasil e Nova Zelândia têm tido iniciativas coerentes com a política conservacionista, como a proposta de criação de santuários nos respectivos oceanos.

Cultura

A maioria da população da Nova Zelândia possui pouco conhecimento sobre o Brasil, sendo que muitas vezes nossa imagem é associada ao bloco latino-americano de fala hispânica. Eventos recentes, como a Copa do Mundo de 2014, os Jogos Olímpicos de 2016 e os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas contribuíram para destacar o Brasil, já que o esporte é muito valorizado pelos neozelandeses. Segundo fator que contribuiu para a divulgação do Brasil é a grande presença de estudantes brasileiros, principalmente nas escolas de nível médio. Dentre os aspectos da cultura brasileira mais conhecidos na Nova Zelândia, destacam-se a música (bossa-nova, samba e choro), a capoeira e o jiu-jitsu brasileiro, esportes que contam com diversos profissionais nas principais cidades do país.

Cooperação trilateral com o Suriname

Na VIII Reunião de Consultas Políticas (fevereiro de 2018), o enfoque na área de cooperação em ciência e tecnologia recaiu sobre o programa de cooperação trilateral de fomento à cultura do arroz entre Brasil, Nova Zelândia e Suriname, lançado em abril de 2016 e considerado de grande relevância para a área de segurança alimentar. O programa envolve a Embrapa, a *New Zealand's Land Care* e o Ministério da Agricultura do Suriname. O projeto logrou triplicar a produtividade de arroz no país e foi citado pelo PNUD como um modelo de desenvolvimento sustentável. O projeto também possui importante alcance na área de segurança alimentar.

Temas consulares:

Comunidade brasileira

Em 2017, o número de entradas de brasileiros sob a rubrica “permanent and long term” foi de 787 indivíduos, representando aumento de 29% em relação a 2016. Estima-se que a comunidade brasileira residente seja de cerca de 6.000 pessoas.

Vistos e imigração

Os cidadãos de ambos os países foram isentos de visto para entrar e permanecer nos respectivos territórios por até 90 dias, em sintonia com o Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos, em vigor desde outubro de 2004. No entanto, a partir de 01/10/2019, o governo neozelandês passou a exigir a autorização de viagem eletrônica (*eletronic travel authority* - ETA) para visitantes estrangeiros de alguns países, incluídos os brasileiros e cidadãos de 59 outras nacionalidades, ao custo de NZD 9,00 (por aplicativos) ou NZD 12,00 (por website). Dentre as nacionalidades que anteriormente estavam isentas do ETA, somente os cidadãos australianos permanecem com a isenção.

Paralelamente, foi também instituída a cobrança de taxa de conservação e turismo (*international visitor conservation and tourism levy* – IVL), com custo de NZD 35,00. Estão isentos dessa taxa apenas os cidadãos australianos e das ilhas do Pacífico (Samoa Americana, Ilhas Cook, Fiji, Kiribati, Ilhas Marshall, Micronésia, Niue, Nauru, Palau, Papua Nova Guiné, Ilhas Pitcairn, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu e Vanuatu).

Brasil e Nova Zelândia também contam com o Acordo sobre o Programa de Férias e Trabalho, em vigor desde agosto de 2010, que permite que, anualmente, até 300 brasileiros e neozelandeses com idade entre 18 e 30 anos, possam trabalhar por um período de até 12 meses no outro país, por meio do visto especial previsto no acordo.

Turismo

É grande o número de brasileiros que visitam a Nova Zelândia para turismo, sobretudo ecológico. Em 2019, em torno de 16 mil brasileiros visitaram o país. Em contrapartida, a Nova Zelândia não figura entre os principais emissores de turistas ao Brasil. Em 2017, o país enviou 9 mil turistas ao Brasil, tendo havido queda em relação a 2016 (15 mil), de acordo com o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur).

Já que não existem voos diretos entre o Brasil e a Nova Zelândia, a forma mais rápida de transitar entre os dois países é pela Latam/Qantas (via Santiago) ou pela Air New Zealand (via Buenos Aires). O órgão estatal *Tourism New Zealand* (TNZ), que promove a indústria de turismo no país, incluiu o Brasil entre os principais emissores de turistas a serem explorados, ao lado de Austrália, Reino Unido, EUA, Alemanha Japão, China, Índia e Indonésia.

Encontros de alto nível:

Visitas e Encontros de Chefes de Estado e de Governo

Até o momento, não houve visita à Nova Zelândia por parte de chefe de governo brasileiro.

A então primeira-ministra Helen Clark visitou o Brasil em 2001, na primeira visita de um chefe de governo neozelandês ao país. Na ocasião, foi inaugurada a embaixada da Nova Zelândia em Brasília e foram assinados três acordos bilaterais: de cooperação científica e tecnológica, de criação do mecanismo de consultas políticas bilaterais e de dispensa de vistos de turismo para cidadãos de ambos os países.

Em março de 2013, o então primeiro-ministro John Key realizou visita oficial ao Brasil. Traduziu desejo do governo, então liderado pelo Partido Nacional, de reforçar seus vínculos com a América Latina e, em especial, com o Brasil. Essa política dá continuidade à lançada pelo Partido Trabalhista que, em 2000, aprovou a "Latin America Strategy", que incentivou a abertura da embaixada da Nova Zelândia em Brasília (2001). Na ocasião, foi assinado o Acordo de Serviços Aéreos, com o intuito de

estimular as possibilidades de ligação aérea mais direta entre os dois países. O acordo foi ratificado pelo Congresso Nacional em setembro de 2018. A publicação pelo Brasil, em dezembro de 2018, do decreto de promulgação do Acordo bilateral sobre Serviços Aéreos (Decreto 9.608), poderá facilitar a implementação de conexão aérea direta entre o Brasil e a Nova Zelândia (Auckland e São Paulo ou Rio de Janeiro).

A visita do então primeiro-ministro John Key representou um avanço na cooperação em setores de interesse prioritário para os dois países, como esportes, turismo, educação, agricultura, comércio e investimentos. A então presidente Dilma Rousseff referiu-se particularmente ao aumento dos investimentos neozelandeses no Brasil e saudou a iniciativa da Fonterra de aumentar seus investimentos na produção de lácteos no país. A iniciativa de cooperação trilateral com o Suriname também foi lançada durante a visita de Key, tendo o projeto sido efetivamente iniciado em 2016. Com a cooperação trilateral, a Landcare Research e a EMBRAPA trabalharam juntas para a melhoria do cultivo do arroz nas terras altas do Suriname. Na ocasião, a Nova Zelândia demonstrou interesse em firmar Acordo de Coprodução Cinematográfica com o Brasil.

Em agosto de 2016, por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, o governador-geral da Nova Zelândia, Jerry Mateparae, visitou o Brasil, onde cumpriu agenda no Rio de Janeiro e participou das cerimônias olímpicas.

Encontros de Chanceleres

O ministro Celso Amorim foi o primeiro e único ministro das Relações Exteriores brasileiro a visitar a Nova Zelândia, por duas vezes, em 1994 e 2008. Em sua última visita oficial, realizada em agosto de 2008, foram assinados dois acordos: o Programa de Férias e Trabalho e o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em matéria de Conservação Ambiental. Já do lado neozelandês, visitaram o Brasil os seguintes chanceleres: Don McKinnon (1998), Phil Goff (2004), Winston Peters (2007) e Murray McCully (São Paulo, agosto de 2010).

Relações parlamentares

Em maio de 2018, em Wellington, realizou-se o encontro dos chefes de missão do GRULAC com os novos integrantes do Grupo Parlamentar de Amizade Nova Zelândia-América Latina e Caribe. A frente parlamentar é presidida pela deputada Sarah Dowie e incluiu o ministro da Juventude, Famílias e Comunidades, deputado Peeni Henare. A presidente do grupo fez questão de destacar o excelente contato que mantém com os brasileiros da sua região, Southland. Atualmente, por orientação do "speaker" Trevor Mellard, todos os grupos de amizade passaram a ter caráter exclusivamente regional.

Anteriormente, em 2009, o Senador Heráclito Fortes e o Deputado Vieira Cunha lideraram missão do Grupo de Amizade Parlamentar Brasil – Nova Zelândia. Em 2011, o Presidente do Parlamento neozelandês, Lockwood Smith, liderou delegação parlamentar ao Brasil, no contexto de missão mais ampla na América Latina, com o objetivo de estreitar os laços parlamentares entre os dois países. Em 2013, o Deputado Fernando Giacobbo liderou missão da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados à Nova Zelândia. Em setembro de 2019, o deputado Arthur Maia (DEM/BA) visitou a Nova Zelândia, acompanhado de delegação, para conhecer o sistema neozelandês de proteção dos povos originários.

Com o início dos trabalhos de 56ª Legislatura, em 1º de fevereiro de 2019, o **Grupo Parlamentar Brasil-Nova Zelândia** foi reinstalado, sob a presidência do deputado Loester Trutis (PSL/MS) e vice-presidência da senadora Soraya Thronicke

(PSL/MS). Originalmente criado em 2001, o Grupo tem por objetivo intensificar o relacionamento entre os Poderes Legislativos do Brasil e da Nova Zelândia, de forma a buscar maior aproximação entre as respectivas sociedades civis.

Outras visitas

Igualmente, visitaram o Brasil as seguintes autoridades neozelandesas: o ministro do Comércio Exterior, Tim Groser (2010); o enviado especial do primeiro-ministro da Nova Zelândia para assuntos do Conselho de Segurança das Nações Unidas, embaixador Colin Keating (2013); a subsecretária para Ásia e Américas, embaixadora Andrea Smith (2013); o ministro do Desenvolvimento Econômico, Steven Joyce (2015); o Ministro da Educação Superior, Steven Joyce (2015); a subsecretária de Assuntos Consulares, Legais e Multilaterais, Lucy Duncan (2016); a ministra dos Esportes da Nova Zelândia, Sussan Ley (2016).

Em 2010, o então governador da Bahia, Jacques Wagner, visitou a Nova Zelândia. Em fevereiro de 2016, o governador de Goiás, Marconi Perillo, cumpriu agenda na Nova Zelândia, em Wellington e Auckland. Junto às autoridades neozelandesas, buscou oportunidades de parcerias em áreas de cooperação educacional e cultural. Em abril de 2018, o ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), visitou Wellington para tratar, com autoridades neozelandesas, do papel das entidades fiscalizadoras superiores em questões relacionadas ao meio ambiente, com ênfase na exploração de possíveis projetos de cooperação internacional.

Mecanismo de Consultas Políticas

Os dois países mantêm mecanismo bilateral de consultas políticas, criado em 20 de novembro de 2001, com o objetivo de discutir o intercâmbio e a cooperação bilaterais, bem como promover a troca permanente de impressões sobre os diversos temas que compõem as agendas regionais e multilateral. A VIII edição do Mecanismo ocorreu em Brasília, em fevereiro de 2018. A IX edição do Mecanismo de Consultas Políticas seria realizada em 27 de março de 2020, em Wellington, mas foi adiada *sine die* em razão da pandemia global de Covid-19.

ECONOMIA

A Nova Zelândia é um país pequeno de economia aberta. O programa de reformas iniciado na década de 1980 desregulamentou a economia, procurando torná-la mais competitiva frente ao mercado internacional. Nas últimas décadas, o governo neozelandês transformou o país - anteriormente uma nação agrária dependente do acesso facilitado ao mercado britânico - em uma economia mais industrializada, com poder de competir globalmente. Essa dinâmica de crescimento contribuiu para impulsionar o PIB do país e desenvolver as capacidades tecnológicas do setor industrial, voltado às exportações de laticínios e bens agroindustriais, com a consequente atração de capital estrangeiro para sua economia de livre mercado.

Para compensar o isolamento geográfico e as reduzidas dimensões do mercado interno, a Nova Zelândia investe consistentemente em inovação, apresenta-se como um dos países mais ativos em matéria de política comercial e dispõe de vasta rede de acordos de livre comércio com outros países e regiões (total de 12 ALCs).

A Nova Zelândia é país signatário do CPTPP (*Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership*), acordo concluído em 2018, e que constitui a 4ª maior área de livre comércio, e do RCEP (*Regional Comprehensive Economic Partnership*), concluído em 2020, e que será a maior área de livre comércio, respondendo por um mercado de 2,2 bilhões de pessoas (cerca de 30% da população

mundial), e um PIB de mais de US\$ 26 trilhões (cerca de 30% do produto global). Em relação ao RCEP, a harmonização das regras de origem entre os países membros é apontada como um dos principais resultados do acordo, uma vez que permitirá o trânsito de bens entre os países signatários ao amparo de apenas um certificado de origem.

O país também possui alta credibilidade internacional e posições coincidentes com o Brasil em matéria de livre comércio, eliminação de subsídios e redução de barreiras comerciais.

Conjuntura econômica

O PIB da Nova Zelândia contraiu 12,2% no segundo trimestre de 2020, em comparação com o trimestre anterior. A recessão mais recente havia sido registrada no contexto da crise de 2008. O dado reflete os efeitos da pandemia; trata-se da maior queda trimestral registrada no PIB neozelandês. As importações de bens e serviços recuaram 24,6%.

O setor agroexportador

A Nova Zelândia experimenta, desde 1991, um longo ciclo de crescimento econômico, apesar da retração ocorrida no biênio 2008-2009. O setor de serviços constitui o principal ramo de atividade do país e responde por aproximadamente 70% do PIB. O setor industrial contribui com 25% do PIB e o agrícola, com 5%.

Ainda assim, o setor primário exportador é o motor da economia neozelandesa, dadas as limitações do mercado doméstico, cuja população é de cerca de cinco milhões de habitantes. Representa fonte fundamental de divisas, exercendo, portanto, forte efeito multiplicador no restante da economia. O agronegócio neozelandês centra-se, historicamente, na criação de rebanhos ovino e bovino e na comercialização de seus subprodutos, entre os quais laticínios, carne, artigos de lã e de couro, totalizando cerca de 50% das exportações do país. A produção local de *commodities* agrícolas, de pesca e de extrativismo florestal é significativa. A maior parte desta produção é destinada ao mercado externo, assim como a produção manufatureira, que tem aumentado nos últimos anos.

Cerca de 90% da produção agrícola é exportada. No segmento industrial, a exploração de petróleo não é capaz de abastecer a demanda interna. O setor secundário constitui-se, principalmente, de empresas responsáveis pelo processamento da matéria-prima exportada ou consumida no mercado interno. No setor de serviços, destacam-se o turismo e o ensino de inglês em escolas especializadas; atividades ligadas a logística, transportes e comércio exterior e setores de telefonia, energia, engenharia, serviços públicos.

É sabido que o principal interesse ofensivo da Nova Zelândia é o setor lácteo. O país possui rebanho de 5 milhões de cabeças, com produção de 20 bilhões de litros de leite por ano, gerando um excedente exportável de cerca de 19,5 bilhões de litros. Em 2019, a Nova Zelândia foi a maior exportadora mundial de manteiga e de leite em pó integral, respondendo por cerca de 60% das exportações mundiais no último caso. Foi ainda a terceira maior exportadora de queijo e de leite em pó desnatado. Até 2025, projeta-se que a participação da Nova Zelândia nas exportações mundiais de leite em pó integral e de manteiga seja, respectivamente, de 54% e 48% do total.

Reforma da regulação de investimento estrangeiro

Em 14/05/2020, a Nova Zelândia adotou nova legislação que modifica sua legislação sobre investimento estrangeiro (*Overseas Investment Act*, de 2005). As mudanças fazem parte do que o país intitula "Fase 2" da ampla reforma que vem fazendo desde 2018. De acordo com o Tesouro neozelandês, a reforma ambiciona assegurar que os investimentos estrangeiros no país sejam coerentes com o interesse nacional da Nova Zelândia. A legislação de 2018 trouxe um novo regime de análise concernente a investidores estrangeiros interessados em adquirir terrenos residenciais, bem como medidas para incentivar investimento no setor de silvicultura.

Uma das leis aprovadas na ocasião contém medidas de emergência no contexto da pandemia da Covid-19, visando mitigar os efeitos econômicos negativos. O propósito é gerir riscos relacionados a investimentos estrangeiros enquanto se incentiva o investimento com redução da regulação. A segunda lei contém medidas de reforma que não necessitam ser adotadas imediatamente.

Os investidores passaram a ter que notificar o governo neozelandês sobre investimentos que: transfiram o controle de mais de 25% de empreendimentos já existentes; aumentem o grau de controle em empreendimento neozelandês já existente; resultem em aquisição de mais de 25% dos ativos de empreendimento neozelandês. As autoridades poderão aplicar "teste de interesse nacional" em casos excepcionais envolvendo setores-chave. Passado o período de emergência no contexto da Covid-19, esse regime será substituído por outro, em que o governo passará a ter o poder de revisar apenas investimentos em setores estratégicos, como infraestrutura crítica. Esse poder só será usando para gerir riscos significantes ao interesse nacional e à ordem pública.

POLÍTICA INTERNA

A Nova Zelândia apresenta-se como país de vanguarda: foi o primeiro a conferir voto às mulheres (1853); a assegurar cadeiras no parlamento aos povos originários, os Maoris (1867); a criar sistema de bem-estar social (1938); e, a partir de 2019, o primeiro a adotar o *wellbeing budget*, orçamento público que pretende garantir a seu povo, entre outros objetivos, a saúde mental e o combate às mudanças climáticas, à exclusão social e à violência doméstica. Tal proposta, apresentada pela primeira-ministra Jacinda Ardern na reunião de Davos, é construída a partir do conceito maori de "kaitiakitanga", ou seja, respeito às gerações atuais e futuras.

A Nova Zelândia é uma democracia parlamentar nos moldes do sistema político britânico. A rainha Elizabeth II é a chefe de Estado e é representada, desde 2016, pela governadora-geral, Dame Patsy Reddy. O poder executivo, porém, emana do Parlamento, apresentando-se a primeira-ministra, Jacinda Ardern, como chefe de governo desde outubro de 2017. No sistema político neozelandês, o Parlamento é convocado, prorrogado ou dissolvido pelo governador-geral, sendo o alistamento eleitoral obrigatório, embora seja conferido à população o voto optativo. O Parlamento neozelandês tornou-se unicameral em 1950, quando a Câmara Alta foi abolida.

O sistema eleitoral bipartidário foi substituído, em 1993, pelo sistema eleitoral proporcional misto, inspirado no modelo alemão. Os eleitores têm direito a dois votos: um em representante local e outro em partido político. Existem 122 vagas no Parlamento: 70 vagas são preenchidas pelo voto eleitoral e 52 vagas pelo voto em listas de partidos. A introdução do sistema proporcional aumentou a representação dos partidos pequenos. Apesar do fim do bipartidarismo, o Partido Trabalhista e o Partido Nacional (sucessor do antigo Partido Liberal) continuam a revezar-se no poder. Pelo menos desde a década de 1980, ambos os partidos têm adotado políticas como a

eliminação de subsídios ao setor agrícola, a redução das tarifas de importação e a privatização de estatais.

O Tratado e o Tribunal de Waitangi: a questão dos povos originários

O Tratado de Waitangi, firmado em 1840 entre os britânicos e os chefes das tribos maori da Ilha do Norte, é considerado o marco fundador da Nova Zelândia. Discrepâncias entre as versões em inglês e em maori deram ensejo a conflitos fundiários no decorrer dos séculos XIX e XX. Depois de quase um século de reclamações maori não atendidas e petições infrutíferas ao governo e à coroa britânica (inclusive com viagens de delegações maoris à Inglaterra em 1882, 1884, 1914 e 1924), estabeleceu-se, em 1975, o Tribunal de Waitangi, encarregado de considerar eventuais transgressões ao Tratado de 1840.

Embora, a princípio, o tribunal só pudesse opinar sobre assuntos ocorridos depois de 10/10/1975, sua competência acabou se ampliando em 1985, para dirimir questões ocorridas desde a data de assinatura do tratado. Em geral, as recomendações do tribunal não são vinculantes para o governo, exceto em casos específicos em que se determine que certas terras devam ser devolvidas aos maoris (o que na prática pode ser relevante para a venda de certos bens de propriedade do Estado a terceiros). Além disso, de acordo com a ilegalidade do ato, os maori podem receber indenizações pecuniárias, mudar nome de localidades, receber terras ou direito de preferência de aquisição fundiária, além de preferência na exploração da pesca e silvicultura.

O elemento maori é considerado essencial para a formação e a identidade da Nova Zelândia. Nos últimos tempos, observa-se maior interesse no ensino e no uso do idioma nativo, bem como na difusão da cultura e dos valores maori. Apesar do elevado grau de miscigenação e assimilação dos maori na sociedade neozelandesa, a etnia conta com ministro para as Relações Coroa/Maori, para as Negociações do Tratado de Waitangi e para o Desenvolvimento Maori. Além disso, há um ministro para os Povos do Pacífico e um subsecretário para as Comunidades Étnicas.

Atentados em Christchurch

A Nova Zelândia foi abalada, em 15 de março de 2019, por ataques a duas mesquitas muçulmanas em Christchurch, perpetrados por cidadão australiano, causando a morte de mais de 50 pessoas de diversas nacionalidades (principalmente de Bangladesh, Paquistão e Jordânia) e deixando dezenas de feridos. Em pronunciamento à nação, a PM Jacinda Ardern qualificou a situação como "one of New Zealand's darkest moments". Estima-se em 50 mil o número de muçulmanos no país (cerca de 1% da população), em sua maioria originários do subcontinente indiano e, mais recentemente, de Fiji.

A reação imediata aos ataques foi a revisão da lei de portes de armas, até então uma das mais liberais do mundo. Ardern anunciou, em 21/03/2019, projeto de lei para proibir que civis neozelandeses mantenham fuzis de assalto ou armas semiautomáticas de padrão militar, exceto para uso rural justificado ou prática esportiva. O Parlamento da NZ aprovou em prazo recorde (em 10/04/2019) a introdução de legislação anti-armamento apresentada por Ardern. O placar da votação (119-1) refletiu o grau de consenso na sociedade neozelandesa a respeito da introdução de limitações no comércio e porte de armas. A lei proíbe a venda, a posse e o porte de determinados tipos de armamento e equipamentos (fuzis de assalto, armas semiautomáticas de cano longo e carregadores de alta capacidade). As diretrizes do regime de controle de exportações da NZ também foram atualizadas para refletir o novo espírito da legislação. Estima-se que

ao menos 250 000 neozelandeses (5% da população) mantenha algum tipo de licença de porte de arma

Além da revisão da lei de porte de armas, Ardern anunciou a criação de comissão especial de inquérito (*Royal Commission*) para apurar as circunstâncias que levaram à tragédia em Christchurch, bem como propor linhas de ação para sanar eventuais omissões por parte de agentes públicos neozelandeses (em especial das agências de inteligência, NZSIS e GCSB). Com composição definida pela Governadora-Geral, as *Royal Commissions* gozam de autonomia e enviam seus relatórios diretamente ao Parlamento.

Por ocasião da 74.^a Assembleia Geral da ONU, realizada em setembro de 2019, a primeira-ministra Jacinda Ardern conseguiu ampliar o "Apelo de Christchurch". No dia 23, durante as atividades da AGNU, juntaram-se aos apoiadores da iniciativa mais 31 países membros da ONU, a UNESCO e o Conselho da Europa. Ardern sugeriu que a estrutura transnacional construída a partir do "Apelo de Christchurch" poderia igualmente servir para enfrentar outras questões, como a mudança climática. Segundo comentários da imprensa local, a fala seria uma indicação prévia de iniciativa de meio ambiente em gestação pela Nova Zelândia, que contaria com o apoio de outros países.

Reeleição de Jacinda Ardern e o governo dos Labours

As eleições parlamentares da Nova Zelândia, encerradas em 17/10/2020, deram aos Trabalhistas da PM Jacinda Ardern uma vitória histórica. O partido recebeu das urnas o mandato para governar sozinho nos próximos 3 anos, sem a necessidade de formar coalizão. Na contagem dos votos, os Trabalhistas obtiveram 49% dos votos (o resultado havia sido de 37% em 2017); o "National" ficou com 27% (44,4% em 2017); o liberal "ACT" conquistou 8% (0,5% em 2017); e os Verdes, 7,6% (6,3% em 2017). O parceiro júnior da coalizão atual, "New Zealand First", ficou de fora do parlamento, com 2,7% dos votos (7,2% em 2017), abaixo da cláusula de barreira (5% dos votos).

A PM Jacinda Ardern divulgou em 02/11/2020 os nomes de seu novo ministério, com destaque para a indicação do atual ministro das Finanças, Grant Robertson, para a posição de vice-PM. Robertson segue à frente das finanças e também recebe a atribuição de conduzir a área de infraestrutura do novo mandato de Ardern. Pela primeira vez em sua história, a Nova Zelândia tem uma ministra das Relações Exteriores, Nanaia Mahuta, antes ministra do Desenvolvimento Maori e também da pasta de Governo Local.

Ao anunciar o novo ministério, Ardern designou como suas prioridades a recuperação econômica pós-Covid e a continuidade da resposta ao vírus, a fim de preservar o "status" adquirido pela Nova Zelândia no tratamento da pandemia.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 1964 - Estabelecimento de relações diplomáticas.
- 1986 - Memorando de entendimento sobre intercâmbio comercial e cooperação científico-tecnológica, industrial e econômica.
- 1994 - Visita à Nova Zelândia do ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim.
- 1997 - Abertura da embaixada do Brasil em Wellington.
- 1998 - Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio, Don McKinnon.
- 2001 - Visita ao Brasil da primeira-ministra Helen Clark.
- 2001 - Abertura da embaixada residente da Nova Zelândia em Brasília.
- 2004 - Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Phil Goff.
- 2005 - Visita à Nova Zelândia do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues.
- 2006 - Visita à Nova Zelândia do assessor especial da presidência da República para Assuntos Internacionais, Professor Marco Aurélio Garcia.
- 2006 - Visita ao Brasil do ministro da Conservação Ambiental da Nova Zelândia, Chris Carter, por ocasião da COP-8.
- 2007 - Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Winston Peters.
- 2007 - Visita ao Brasil do ministro do Comércio, Phil Goff.
- 2007 - Visita ao Brasil do ministro do Meio Ambiente Chris Carter, por ocasião da III Reunião Ministerial do FOCALAL.
- 2008 – Visita do assessor especial para a Ásia, embaixador João Gualberto Marques Porto, a Auckland e Wellington.
- 2008 – Realização da IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Nova Zelândia, em Wellington.
- 2008 – Visita do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, à Nova Zelândia.
- 2008 – Assinatura do Acordo sobre o Programa de Férias e Trabalho.
- 2009 – Visita ao Brasil do ministro da Agricultura e Reflorestamento, David Carter.
- 2009 - Realização do “Brazil Business Forum”, em Auckland, Christchurch e Wellington.
- 2010 – Assinatura entre a Petrobras e o Ministério da Energia e dos Recursos Minerais da Nova Zelândia de contrato para a prospecção e exploração de gás e petróleo em águas profundas.
- 2010 – Entrada em vigor, no Brasil, do Acordo sobre o Programa de Férias e Trabalho.
- 2010 – Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Murray McCully.
- 2010 – Visita ao Brasil do ministro do Comércio Exterior, Tim Groser.
- 2011 - V Reunião bilateral de Consultas Políticas, em Brasília, presidida pela SGAP II e pelo secretário-geral e diretor executivo do MFAT, John Allen.
- 2013 – VI Reunião bilateral de Consultas Política, em Wellington.
- 2013 – Visita ao Brasil do primeiro-ministro da Nova Zelândia, John Key (9 a 12 de março).
- 2013 – Visita do embaixador Colin Keating, enviado especial do primeiro-ministro da Nova Zelândia para assuntos do Conselho de Segurança das Nações Unidas (outubro).

- 2013 – Visita da embaixadora Andrea Smith, subsecretária para Ásia e Américas (novembro).
- 2014 – VII Reunião bilateral de Consultas Políticas, em Brasília, presidida pelo SGAP II, embaixador José Alfredo Graça Lima, e pela diretora do Departamento de Américas do MFAT, embaixadora Jane Coombs.
- 2015 – Visita ao Brasil do ministro do Desenvolvimento Econômico, Steven Joyce.
- 2016 – Visita ao Brasil da subsecretária de Assuntos Consulares, Legais e Multilaterais, Lucy Duncan (maio).
- 2016 – Visita ao Brasil do governador-geral, Jerry Mateparae, por ocasião dos Jogos Olímpicos (julho).
- 2017 – Visita ao Brasil da diretora da Divisão de Américas, Felicity Buchanan (abril).
- 2018 – VIII Reunião bilateral de Consultas Políticas, em Brasília (fevereiro).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1642 - O explorador holandês, Abel Tasman, torna-se o primeiro europeu a ‘descobrir’ o país.
- 1814 - Missionários cristãos iniciam catequização e alfabetização do povo Maori, além do ensinamento de técnicas agrícolas.
- 1840 - O Tratado de Waitangi é assinado pelos representantes da Rainha Vitória e chefes das tribos Maori.
- 1860/1880 - “Guerras da Terra”: conflito entre tribos Maori e colonizadores europeus.
- 1893 - As mulheres conquistam o direito ao voto, tornando a Nova Zelândia o primeiro país do mundo a instituir o voto feminino.
- 1914/19 - Durante a Primeira Guerra Mundial, tropas neozelandesas lutam ao lado da Grã-Bretanha.
- 1938 - O “Social Security Act” expande o Estado do Bem-Estar Social de forma significativa.
- 1939-1945 - Na Segunda Guerra Mundial, tropas neozelandesas unem-se aos Aliados.
- 1953 - Visita da Rainha Elizabeth II (a primeira de um monarca ao país).
- 1970 - Crescimento do número de imigrantes originários das Ilhas do Pacífico e do Sudeste Asiático.
- 1973 - O Reino Unido adere à Comunidade Econômica Européia, levando a Nova Zelândia a adotar estratégias para diversificar seus mercados.
- 1983 - Assinatura do Closer Economic Relations com a Austrália.
- 1984 – Em razão de sua política anti-nuclear, a Nova Zelândia abandona a coalizão ANZUS (Austrália, Nova Zelândia e EUA).
- 1985 - O navio de protesto anti-nuclear do Greenpeace, “Rainbow Warrior”, é bombardeado no porto de Auckland por agentes franceses.
- 1996 - O Partido Nacional vence as eleições, com minoria de assentos, e forma coalizão com o partido “New Zealand First”, liderado por Winston Peters, que assume o cargo de vice-primeiro-ministro.
- 1999 - Os trabalhistas vencem as eleições gerais. Helen Clark torna-se a primeira mulher eleita para o cargo de primeira-ministra.
- 2008 - A Nova Zelândia assina Acordo de Livre Comércio com a China.

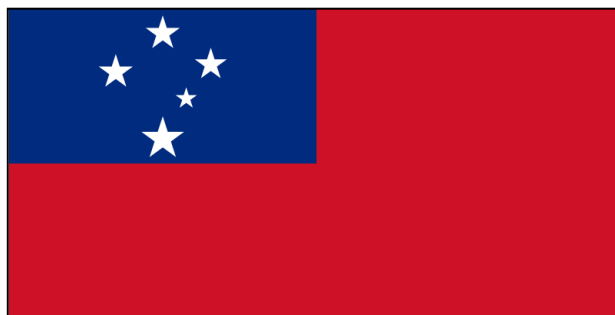
- 2008 - O Partido Nacional elege o primeiro-ministro John Key.
- 2009 – A Nova Zelândia assina Acordo de Livre-Comércio com a ASEAN.
- 2011 - O terremoto em Christchurch, na Ilha Sul, causa danos estimados entre 7 a 10 bilhões de dólares norte-americanos.
- 2016 – Bill English assume como primeiro-ministro após a renúncia inesperada de John Key.
- 2017 – Jacinda Ardern se torna primeira-ministra.
- 2019 – Atentados de 15 de março em Christchurch, perpetrados por cidadão australiano em mesquita, deixa 51 mortos e vários feridos.

ACORDOS BILATERAIS EM VIGOR

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Decreto nº	Data
Memorando de Entendimento sobre Intercâmbio Comercial e Cooperação Científico-Tecnológica, Industrial e Econômica	04/11/1986	04/11/1986		
Acordo sobre Serviços Aéreos.	18/06/1996	17/09/1998	2831	29/10/1998
Acordo, por troca de Notas, que Modifica o Art. 9 do Acordo sobre Serviços Aéreos, de 18/06/96.	12/03/1998	27/03/1998		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários.	03/08/1999	03/08/1999		
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Militar e Técnico	03/10/2001	27/03/2004	5052	19/04/2004
Memorando de Entendimento para Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum.	20/11/2001	20/11/2001		
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos.	20/11/2001	21/10/2004	5246	15/10/2004
Memorando de Entendimento em Educação	23/04/2004	23/04/2004		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Administração, Pesquisa e Proteção em Áreas de Proteção Ambiental	29/08/2008	29/08/2008		
Acordo sobre um Programa de Férias e Trabalho	28/08/2008	03/08/2010	7252	02/08/2010
Acordo sobre Serviços Aéreos	11/03/2013	24/11/2018	9.608	12/12/2018

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SAMOA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Março de 2021

DADOS BÁSICOS SOBRE O ESTADO INDEPENDENTE DE SAMOA	
NOME OFICIAL:	Estado Independente de Samoa
GENTÍLICO:	samoano
CAPITAL:	Apia
ÁREA:	2.831 km ²
POPULAÇÃO (2020):	198.646 (<i>Pacific Community</i>)
LÍNGUA OFICIAL:	samoano (polinésio) 91,1%, inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	protestantismo (54,9%), catolicismo romano (18,8%), mormonismo (16,9%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Legislativa unicameral ou Fono (50 membros para a legislatura 2016-2021; membros dos 49 distritos eleitorais eleitos diretamente por voto majoritário simples e 1 assento para mulher, adicionado nas eleições de 2016 a fim de cumprir a representação mínima de 10% para mulheres). Os membros cumprem mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO:	Tuimaleali`ifano Va`aletoa Sualauvi II (desde 21 de julho de 2017)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Tuilaepa Lupesoliai Neioti Aiono Sailele Malielegaoi (desde 1998)
CHANCELER:	Tuilaepa Lupesoliai Neioti Aiono Sailele Malielegaoi
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2019):	US\$ 852 250 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2019):	US\$ 1,33 bilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PER CAPITA (2019):	US\$ 4.324 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP PER CAPITA (2019):	US\$ 6.795 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB:	3,5% (2019); -2% (2018); 1% (2017)(<i>Banco Mundial</i>)

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):	0,715 (111 ^a posição entre 189 países) (ONU)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	73,3 anos (ONU)
ALFABETIZAÇÃO (2019):	99,1% (ONU)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	8,4% (ONU)
UNIDADE MONETÁRIA:	Tala
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há.

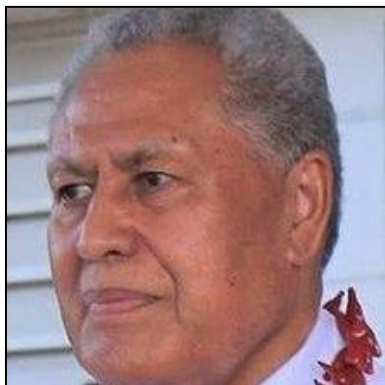
INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ mil FOB) - *Fonte: Comex Stat*

BRASIL⇒ SAMOA	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	4.450	3.503	1.413	2.334	2.311	1.033	2.310	2.632	2.859	2.982
Exportações	1.774	1.408	347	540	375	678	720	588	995	1.161
Importações	2.676	2.095	1.066	1.794	1.936	355	1.590	2.044	1.864	1.821
Saldo	-902	-687	-719	-1.254	-1.561	323	-870	-1.456	-869	-660

PERFIS BIOGRÁFICOS

Tuimaleali`Ifano Va'aletoa Sualauvi II

Chefe de Estado



Bacharel em direito pela Australian National University e titular de diploma em estudos teológicos do Malua Theological College. É ex-defensor público, ex-procurador do estado e exerceu advocacia junto ao Supremo Tribunal de Samoa. Além disso, é pregador laico da Igreja Cristã Congregacional de Samoa e diácono do distrito de Aana. Tuimaleali`ifano detém um dos quatro principais títulos honoríficos de "Tama-a-Aiga" em Samoa. Ocupou a posição de vice-chefe de estado durante 28 anos. Foi eleito chefe de estado em 21 de julho de 2017.

Tuilaepa Lupesoliai Neioti Aiono Sailele Malielegaoi

Primeiro-ministro / Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio



Nasceu em 14 de abril de 1945 em Lepa, Samoa. Tornou-se mestre em Comércio pela Universidade de Auckland. É católico, casado e tem oito filhos.

Foi eleito para o Parlamento pela primeira vez em 1981. Desde então, esteve à frente dos Ministérios das Finanças, do Turismo e do Comércio e Indústria nos cinco mandatos de Tofilau Eti Alesana como primeiro-ministro (de 1982 a 1986, e de 1988 a 1998).

Entre 1986 e 1988 manteve-se no Parlamento e foi porta-voz de seu partido, Human Rights Protection Party (HRPP), então na oposição.

Passou a exercer o cargo de primeiro-ministro em 1998, quando

Tofilau Eti Alesana renunciou por problemas de saúde. Acumula as funções de primeiro-ministro, ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio e procurador-geral.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil mantém relações diplomáticas com Samoa desde 1º de fevereiro de 2005. As relações diplomáticas foram estabelecidas por ocasião da visita a Samoa da missão oficial chefiada pelo embaixador Arnaldo Carrilho (que também esteve em Fiji, Kiribati, Tonga e Tuvalu, além de realizar visita oficial ao Secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico, cuja sede é em Fiji).

O Decreto nº 7.201, de 2 de junho de 2010, criou a embaixada do Brasil em Apia, Estado Independente da Samoa, cumulativa com a embaixada em Wellington.

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o representante permanente de Samoa junto à ONU, Aliioaiga Feturi Elisaia, bem como os representantes permanentes de Fiji, Salomão, Nauru, Tuvalu, Vanuatu, Marshall e Micronésia visitaram o Brasil, a convite do governo brasileiro. Os representantes permanentes fizeram visita protocolar ao ministro de Estado interino, Samuel Pinheiro Guimarães, e participaram de palestras no MRE. Como parte da programação, a delegação visitou ainda federações de indústrias e centros de pesquisa em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em junho de 2012, o primeiro-ministro Tuilaepa Lufesoliai Sailele Malielegaoi foi o primeiro chefe de governo de Samoa a realizar visita ao Brasil, ao chefiar a delegação de seu país na Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro. Na ocasião o primeiro-ministro não manteve encontros com autoridades brasileiras.

Em junho de 2013, o embaixador Eduardo Gradilone apresentou suas credenciais ao chefe de estado de Samoa, Tui Atua Tupua Tamasese Efi. Encontrou-se também com o primeiro-ministro e chanceler Tuilaepa Lufesoliai Sailele Malielegaoi; com o vice-primeiro-ministro Fonotoe Pierre Nuafesili Lauofo; com o presidente ("speaker") do Parlamento, Laaulialemailetoa Leautea Poletaivaivao Fosi; com o ministro da Educação, Esportes e Cultura, Magele Mauiliu Magele; com o ministro da Agricultura e Pesca, Le Mamea Ropati Mualia; e com a secretária-geral em exercício do Ministério das Relações Exteriores e Comércio, Faalavaau Perina Sila.

Em abril de 2017, o embaixador Paulo Camargo apresentou credenciais em Samoa.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Em 2005, foi apresentada proposta de Acordo de Cooperação Técnica com Samoa, cuja negociação não foi concluída. Tendo em vista que a agricultura responde pela maior parte do PIB samoano, principalmente a agricultura familiar, que produz pequenos excedentes, há interesse samoano em receber do Brasil cooperação na área agrícola (coco, banana, café e cacau). A respeito dos desafios que Samoa enfrenta em matéria de desenvolvimento sustentável, especialmente problemas de erosão de solos e de declínio de estoques pesqueiros, e devido às perdas florestais, há interesse em manejo de florestas e reflorestamento.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

Similar a outros países da região, Samoa também possui grande déficit em seu comércio exterior. Em 2018, exportou US\$66,1 milhões e importou US\$ 454 milhões. O que traz balanço à economia de Samoa nessa área é a exportação e a importação de serviços, em que, em 2018, exportou US\$259 milhões e importou US\$96,1 milhões. Seus maiores parceiros comerciais para

exportação são Samoa Americana, Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos. Singapura, China e Nova Zelândia são os principais fornecedores ao país.

Em relação ao comércio com o Brasil, embora pouco expressivo, é relativamente alto em comparação com os demais países insulares da região e tradicionalmente deficitário para o Brasil. Nota-se que a pauta exportadora brasileira concentra-se em produtos primários e alimentícios, como enchidos de carne (linguiças, salsichas etc.), couros e peles e tabaco. Já as importações brasileiras estão concentradas em produtos manufaturados, como memórias (de computador), aparelhos de circuitos elétricos e produtos derivados do zinco.

Em anos recentes, o intercâmbio comercial com Samoa tem frequentemente ultrapassado a marca dos US\$2 milhões, chegando a passar dos US\$ 3 milhões em 2011 e 2012.

Em passado recente, o Brasil já chegou a ocupar a quarta posição entre os países que mais compram de Samoa. Em 2020, o intercâmbio comercial foi de US\$2,98 milhões, com déficit de US\$660 mil para o Brasil (US\$1,16 milhões em exportações e US\$1,82 milhões em importações).

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Samoa. A comunidade brasileira residente é numericamente pouco expressiva, compondo-se, basicamente, de turistas.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano das Samoa.

ACORDOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados atos bilaterais entre Samoa e o Brasil.

APRESENTAÇÃO

Samoa, oficialmente Estado Independente da Samoa, é um país situado na Oceania, constituído por duas ilhas principais (Savai'i e Upolu) e quatro ilhas menores. A capital é Apia. O povo Lapita descobriu e colonizou as ilhas samoanas há aproximadamente 3.500 anos, desenvolvendo as singulares língua e cultura samoanas. Seus vizinhos mais próximos são a Samoa Americana, Tonga a sul, Tuvalu a noroeste, Wallis e Futuna a oeste e Tokelau ao norte. Todo o arquipélago, que inclui Samoa Americana, foi chamado de "Ilhas dos Navegadores" por exploradores europeus antes do século XX por causa das habilidades marítimas dos samoanos.

Samoa tornou-se colônia da Alemanha em 1899 e passou a ser território da Nova Zelândia em 1914, por meio de um mandato concedido pela Liga das Nações. O país conquistou a independência da Nova Zelândia em 1962, tendo sido o primeiro país do Pacífico a obter emancipação política. Samoa é membro da Comunidade Britânica. É uma democracia parlamentar, matizada por práticas culturais locais.

A economia de Samoa tem crescido continuamente nos últimos anos. O PIB (PPP) chegou a US\$ 1,2 bilhão em 2017 e o PIB per capita (PPP) atingiu US\$ 6.021. As reformas

econômicas iniciadas na década de 1990 renderam ao país a reputação de ser a economia modelo do Pacífico.

A economia do país é tradicionalmente dependente da agricultura de subsistência e da pesca, mas a participação desses setores no PIB vem caindo há várias décadas. Dois terços da força de trabalho do país obtêm seu sustento da agricultura de subsistência, setor dominante da economia. Os principais produtos produzidos são coco, fruta-pão, banana, cacau, manga, mamão e taro. Houve algum progresso na diversificação de produtos em anos recentes. A pesca apresentou o maior crescimento nos últimos anos, respondendo por cerca de 1/3 das divisas obtidas com as exportações. O turismo também vem crescendo de forma consistente nos últimos anos.

A indústria se resume à empresa Yazaki Samoa, que produz peças para veículos automotores. A empresa é a maior empregadora do setor privado, contando com aproximadamente 3 mil samoanos na fabricação de partes de veículos e sobretudo de componentes elétricos. Trata-se de um empreendimento japonês que se aproveita da posição geográfica da ilha para exportação de tais produtos a outros mercados, inclusive o brasileiro. Há duas empresas aéreas: a Polynesian Blue, “joint venture” criada pela Virgin Blue e o governo de Samoa, em 2005, e a Polynesian Airlines, empresa estatal que atende apenas o mercado interno e regional.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1914	A Nova Zelândia ocupa a Samoa Ocidental durante a Primeira Guerra Mundial e continua a administrá-la após a guerra
1962	Samoa Ocidental torna-se independente, a primeira nação insular do Pacífico a fazê-lo.
1976	Samoa se torna membro da ONU.
1997	Samoa Ocidental muda seu nome para Samoa.
2012	Samoa ingressa na OMC.

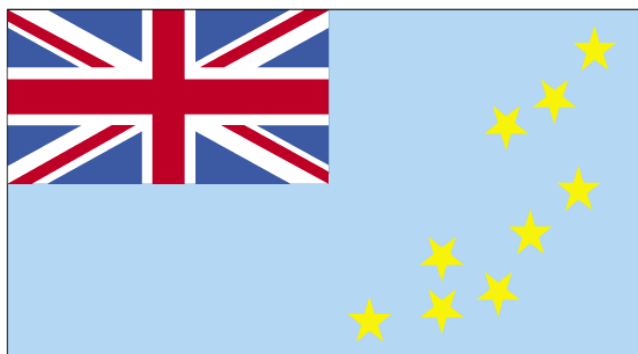
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Estabelecimento das relações diplomáticas
2005	Negociação não concluída de Acordo de Cooperação Técnica
2009	Visita de representantes oficiais samoanos ao Brasil
2010	Criação da embaixada do Brasil em Apia, Estado Independente da Samoa, cumulativa com a embaixada em Wellington
2012	Primeira visita de um chefe de governo samoano ao Brasil, por ocasião da Rio+20
2013	Apresentação de credencias do embaixador brasileiro ao chefe de estado samoano

2017	Apresentação de credencias do embaixador brasileiro ao chefe de estado samoano
------	--

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TUVALU



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Março de 2021

DADOS BÁSICOS SOBRE TUVALU	
NOME OFICIAL:	Tuvalu
GENTÍLICO:	tuvaluano
CAPITAL:	Funafuti
ÁREA:	26km ²
POPULAÇÃO (2020 est):	11.342 (CIA)
LÍNGUA OFICIAL:	Tuvaluano, inglês, samoano, kiribati
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Protestantismo (92,4%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia constitucional parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Casa da Assembleia unicameral (16 assentos para mandatos de quatro anos)
CHEFE DE ESTADO:	Rainha Elizabeth II, representada pela governadora-geral Teniku T. Honolulu (desde 2019)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Kaurea Natano (desde 19 de setembro de 2019)
CHANCELER:	Simon Kofe (desde 20 de setembro de 2019)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2019):	US\$ 47,2 milhões (Banco Mundial)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2019):	US\$ 52 milhões (Banco Mundial)
PIB PER CAPITA (2019)	US\$ 4 059 (Banco Mundial)
PIB PPP PER CAPITA (2019)	US\$ 4 465 (Banco Mundial)
VARIAÇÃO DO PIB	9,7% (2019); 2,5% (2018); 4% (2017) (Banco Mundial)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH):	Não há cálculo do IDH de Tuvalu.
EXPECTATIVA DE VIDA (2020 est):	67,9 anos (CIA)

ÍNDICE DE DESEMPREGO	Não há dados
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar tuvaluano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: Comex Stat*

BRASIL⇒ TUVALU	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	0	8,5	187	456	0,3	2,3	28,3	911	739	662
Exportações	0	6,5	49	454	0	2,3	28,3	911	739	660
Importações	0	2	138	1,6	0,3	0	0	0	0	2
Saldo	0	4,5	-89	452	-0,3	2,3	28,3	911	739	658

PERFIS BIOGRÁFICOS

TENIKU TALESI HONOLULU

Governador-Geral interino



Teniku Talesi Honolulu foi nomeada Governadora-Geral interina de Tuvalu em 22 de agosto de 2019. Honolulu substituiu Iakoba Italeli, seu predecessor, que renunciou para concorrer nas eleições gerais de 2019.

KAUSEA NATANO

Primeiro-Ministro



Kausea Natano é, desde 19/09/2019, o 13.º Primeiro-Ministro de Tuvalu, indicado, por 10 votos a 6, pelo novo parlamento eleito dez dias antes. Tem exercido, desde 2002, a função de parlamentar representante do distrito de Funafuti; anteriormente, havia ocupado as posições de diretor da alfândega de Tuvalu e de secretário-assistente no ministério de Finanças e Planejamento Econômico. Em gabinetes anteriores, Natano exerceu as funções de ministro de Serviços Públicos e Indústrias, ministro das Comunicações e vice-Primeiro-Ministro.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Tuvalu mantêm relações diplomáticas desde 12 de maio de 2006. O Decreto nº 7.197, de 2 de junho de 2010, criou a embaixada do Brasil em Funafuti, Tuvalu, cumulativa com a embaixada em Wellington.

Em maio de 2005, o embaixador Arnaldo Carrilho realizou primeira visita oficial do Brasil a Tuvalu, no contexto de missão à região do Pacífico, que envolveu também as Ilhas Fiji, Kiribati, Tonga e Samoa, além de visita oficial ao Secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico, sediado em Fiji, com o objetivo de buscar aproximação com os países da região.

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o representante permanente de Tuvalu junto à ONU, Afeles Falema Pita, visitou o Brasil, a convite do governo brasileiro, juntamente com os representantes permanentes de Fiji, Samoa, Salomão, Nauru, Vanuatu, Marshall e Micronésia. Os representantes permanentes fizeram visita protocolar ao ministro de Estado interino, Samuel Pinheiro Guimarães, e participaram de palestras no MRE. Como parte da programação, a delegação visitou ainda federações de indústrias e centros de pesquisa em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 2012, o então primeiro-ministro de Tuvalu, Willy Telavi, visitou o Brasil por ocasião da Rio+20.

Em junho de 2015, o embaixador Eduardo Gradilone apresentou credenciais ao governador-geral de Tuvalu, Sir Iakoba Taeia Italeli. Na ocasião, encontrou-se também com o primeiro-ministro, Enele Sosene, além dos ministros das Relações Exteriores, Comércio, Turismo, Meio Ambiente e Trabalho, Taukelina Finikaso; das Comunicações e Transporte, Monise Laafai; de Assuntos Internos, Namoliki Neemia; de Recursos Naturais, Elisala Pita; das Finanças e Desenvolvimento Econômico, Maatia Toafa; e da Saúde, Satini Manuella, além do secretário de

Assuntos Exteriores, Temate Melitiana, e do secretário de governo, Papasi Nelesone. Essa foi a última visita de autoridade brasileira ao país insular.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

Até 2012, o comércio bilateral era extremamente reduzido e intermitente. Não se observava tendência de aumento ou diminuição no comércio entre os dois países. Embora em 2008 o volume de comércio tenha alcançado US\$ 58 mil, a partir de 2010 retomou-se uma tendência de quase nulidade do comércio bilateral.

Em 2014, chegou-se ao recorde de US\$ 456 mil. Entretanto, a quase totalidade das exportações teve origem brasileira – apenas US\$ 1,6 mil corresponderam a exportações de Tuvalu. Trata-se de uma redução significativa em relação a 2013, quando o Brasil importou US\$ 138 mil do país. Em 2019, o fluxo de comércio ficou em US\$ 700 mil, composto por exportações brasileiras. E, em 2020, foi de cerca de US\$662 mil. A quase totalidade das vendas brasileiras ao pequeno país insular é de petróleo.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Tuvalu.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Tuvalu.

ACORDOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados quaisquer atos bilaterais. Tuvalu concordou com a proposta de assinar acordo básico de cooperação técnica. As áreas prioritárias seriam: mudanças climáticas; treinamento e qualificação profissional; futebol; e aviação civil. Há hipótese de estudantes tuvaluanos estudarem em universidades brasileiras.

APRESENTAÇÃO

Tuvalu (Polinésia) e Kiribati (Micronésia) foram colônias britânicas administradas em conjunto; ao se tornarem independentes optaram por formar entidades nacionais distintas. Tuvalu tornou-se independente do Reino Unido em outubro de 1978. O país se beneficia de razoável estrutura de governo e de um fundo fiduciário, criado pelo Reino Unido. O fundo, que já contou com contribuições de Japão e Coreia do Sul, atualmente recebe recursos da Austrália e Nova Zelândia. O Parlamento, com 16 membros, é renovado a cada quatro anos. Os membros do Parlamento representam diretamente os interesses de cada ilha.

Tuvalu tornou-se membro da ONU e da “Commonwealth” em setembro de 2000. O país é membro do Foro das Ilhas do Pacífico e da Comunidade do Pacífico.

A maior parte da população do país está envolvida nas atividades de pesca e na agricultura de subsistência. A economia monetária é dominada pelas atividades governamentais. Cerca de 2/3 da força de trabalho é empregada pelo governo. As remessas de cidadãos de Tuvalu que trabalham em navios de pesca estrangeiros constituem parte significativa da renda das famílias

do país. Contribuem para as rendas governamentais a concessão de licenças de pesca, principalmente para empresas taiwanesas e japonesas, e a concessão do domínio de Internet “.tv”.

Tuvalu faz parte da relação de *Least Developed Countries* das Nações Unidas, dada a ausência de recursos a serem explorados em seu território. O país depende de combustível e alimentos importados. Tuvalu é particularmente vulnerável aos impactos da mudança do clima, dada a baixa altitude de seu território – fato a que a ONU chama a atenção em relatórios ao menos desde 1989.

A maior parte das exportações de Tuvalu compõe-se de peixes, crustáceos e moluscos. Já as importações envolvem sobretudo commodities, equipamentos eletrônicos, embarcações marítimas e combustíveis. Os principais destinos das exportações de Tuvalu são Japão, Tailândia e Índia. Já as importações provêm na maior parte de Fiji, Singapura e Japão.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1892	A Grã-Bretanha declara um protetorado conjunto sobre as ilhas Ellice e as ilhas Gilbert.
1976	Separa-se formalmente da Colônia das Ilhas Gilbert e Ellice.
1978	Independência.
1986	Vota para permanecer uma monarquia constitucional independente com o monarca britânico à frente.
1987	A Grã-Bretanha, a Nova Zelândia e a Austrália criaram o Fundo Fiduciário de Tuvalu para fornecer ajuda ao desenvolvimento. As contribuições para o fundo também vêm da Coreia do Sul e do Japão.
2000	Admitido nas Nações Unidas.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Tuvalu
2006	Estabelecimento das relações diplomáticas.
2012	Visita do Primeiro-Ministro Willy Telavi ao Brasil, durante a Rio+20

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

KIRIBATI



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
2021

DADOS BÁSICOS SOBRE KIRIBATI	
NOME OFICIAL:	República de Kiribati
GENTÍLICO:	quiribatiano
CAPITAL:	Tarawa
ÁREA:	811km ²
POPULAÇÃO (2019):	117 606 (<i>Banco Mundial</i>)
IDIOMA OFICIAL:	gilbertês, inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo romano (56%), Igreja Presbiteriana de Kempsville (33%), Mormonismo (5%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República democrática
PODER LEGISLATIVO:	Casa da Assembleia unicameral (46 membros, sendo 44 eleitos diretamente por maioria dos votos em dois turnos, um membro escolhido pelo Conselho de Líderes Rabi, e o advogado-geral. O mandato dura 4 anos)
CHEFE DE ESTADO:	Taneti Mamau (desde 9 de março de 2016)
CHEFE DE GOVERNO:	Taneti Mamau (desde 9 de março de 2016)
CHANCELER:	Taneti Mamau (desde 9 de março de 2016)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2019):	US\$ 194,6 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2019):	US\$ 278,6 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PER CAPITA (2019):	US\$ 1.655 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP PER CAPITA (2019):	US\$ 2.369 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB:	2,2% (2019); 2,3% (2018); 0,8% (2017) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2019):	0,623 (132 ^a posição entre 188 países) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	68,1 anos (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015):	41,3% (<i>Kiribati National Statistics Office</i>)

UNIDADE MONETÁRIA:	dólar quiribatiano e dólar australiano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: Comex Stat*

BRASIL⇒ KIRIBATI	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	397	100,5	245,6	118	34	174, 4	71	57,5	300,7	36.254
Exportações	174	100	245,6	117	34	174	67	57	288,7	36.253
Importações	223	0,5	0	0,9	0	0,4	4	0,5	12	0,5
Saldo	-49	99,5	245,6	116	34	173, 4	63	56,5	276,7	36.252

PERFIL BIOGRÁFICO

Taneti Mamau

Chefe de Estado e Ministro dos Negócios Estrangeiros



Taneti Mamau nasceu em 1960. Tomou posse no cargo em março de 2016, tendo sido o único candidato da oposição para as eleições presidenciais daquele ano. Obteve apoio do ex-presidente Teburoro Tito, de quem fora ministro das Finanças. Em 22/6/2020, Mamau foi reeleito após competição acirrada com Banuera Berina.

RELAÇÕES BILATERAIS

No primeiro semestre de 2005, missão oficial chefiada pelo Embaixador Arnaldo Carrilho às Ilhas do Pacífico, com o objetivo de buscar aproximação com os países da região, incluía Kiribati (além de Fiji, Samoa, Tonga e Tuvalu, e visita oficial ao Secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico).

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Kiribati em 21 de setembro de 2010, por meio de Comunicado Conjunto assinado em Nova York, e mantém Embaixada naquele país, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Wellington.

O então presidente de Kiribati, Anote Tong, visitou o Brasil por ocasião da Rio+20 em 2012.

Em setembro de 2019, o Presidente Taneti Mamau enviou, por meio da Embaixada em Wellington, carta de felicitações ao Presidente Jair Bolsonaro por ocasião do Sete de Setembro, com passagem na qual reafirma “my Government commitment in strengthening our partnership for the mutual benefits of our two countries”.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Há possível cooperação no campo da saúde, em termos de contratação de médicos, dentistas e construção de hospitais. Durante a visita da então embaixadora em Wellington ao país, o então presidente de Kiribati demonstrou interesse pela perspectiva de propor candidatos de Kiribati para cursos de treinamento oferecidos pelo Brasil (ABC).

Em encontro com autoridades do Kiribati em novembro de 2013, o então embaixador do Brasil na Nova Zelândia constatou haver possibilidade e interesse de cooperação em matéria de processo legislativo, pesca, esportes (especialmente futebol), educação, processamento de lixo, captação de energia solar, formação profissional, políticas para mulheres, saneamento e outras, em particular quanto a projetos de maior escopo social. Futebol é o objeto de colaboração mais desejado e seria o de maior visibilidade, inclusive porque parte expressiva da população acompanha o desempenho de times brasileiros mediante gravações de competições e jogos passados (não há TV local).

INTERCÂMBIO COMERCIAL

A economia de Kiribati é fortemente dependente do setor pesqueiro e de agricultura, com copra (coco) sendo o produto mais exportado do país.

O comércio bilateral, embora tímido (algumas centenas de milhares de dólares/ano), foi de US\$ 36 milhões em 2020, em razão da exportação de jatos da Embraer pelo Brasil.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Kiribati.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Kiribati.

ACORDOS

Ainda não foram firmados atos bilaterais entre Kiribati e o Brasil.

APRESENTAÇÃO

Tuvalu (Polinésia) e Kiribati (Micronésia) foram colônias britânicas administradas em conjunto; ao se tornarem independentes optaram por formar entidades nacionais distintas. Kiribati é o país de menor desenvolvimento relativo em toda a área.

A República de Kiribati tornou-se independente em 1979. O país é membro da “Commonwealth” e tem tradição de estabilidade política.

É constituído de 32 atóis espalhados por uma área de cerca de 3,5 milhões de km² no Pacífico. Os atóis têm altitude média não superior a 2 metros acima do mar, fazendo de Kiribati um dos países mais vulneráveis à mudança do clima.

A economia de Kiribati enfrenta restrições comuns aos outros Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento. Kiribati possui recursos escassos, sendo sua maior fonte de financiamento a de ajuda de outros países, assim como a concessão de licenças de pesca e as remessas de nacionais no exterior. O país é pequeno, isolado e geograficamente fragmentado, seu território tem grande área coberta por terras inférteis. O país goza de relativo bem-estar social, fruto da estabilidade política e de tradições culturais de solidariedade.

Copra é o principal produto exportado pelo país, mas os setores de pesca e os recursos marinhos são fundamentais para Kiribati. Vários países desenvolvem atividades pesqueiras sob licença na ampla área de mais de 3,5 milhões de quilômetros quadrados da zona econômica exclusiva, uma das maiores do mundo. Exceto pelo pescado, frutas (banana e mamão) e poucos legumes (abóbora, fruta-pão), tudo que se consome em Kiribati é importado (da Austrália, Nova Zelândia, Taiwan, Japão e outros países asiáticos em menor escala).

Apesar das limitações, Kiribati apresenta uma situação financeira estável, fruto de gasto público controlado e de investimentos offshore. O país mantém também um fundo de reserva com os royalties cobrados das empresas mineradoras que exploram os depósitos de fosfato de Banaba.

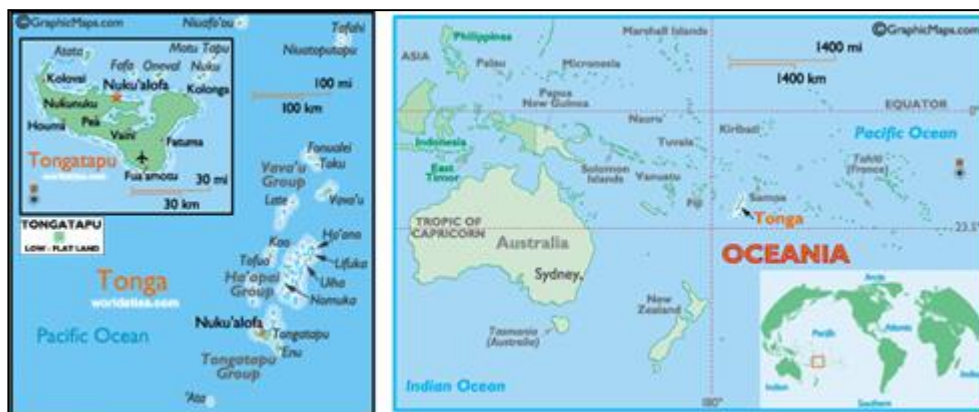
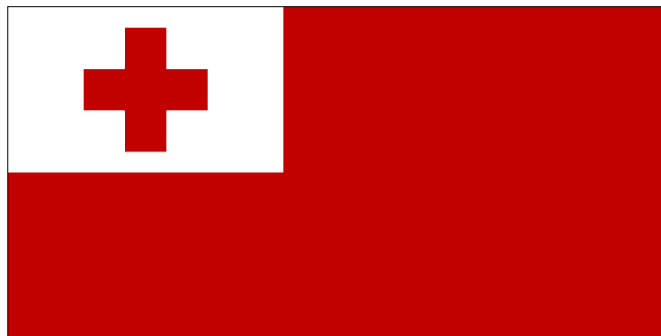
Em 9 de março de 2016, Taneti Mamau (do Tobwaan Kiribati Party) foi eleito com 60% dos votos. O Vice-Presidente é Kourabi Nenem. As últimas eleições foram realizadas em 22/06/2020. Taneti Maamau foi reeleito presidente de Kiribati por mais de 8000 votos.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1820	Nomeadas Ilhas Gilbert, em homenagem ao capitão naval britânico Thomas Gilbert
1892	A Grã-Bretanha declara um protetorado sobre as Ilhas Gilbert e as ilhas vizinhas de Ellice (hoje Tuvalu)
1943	As Ilhas Gilbert e Ellice são tomadas por forças japonesas
1979	Em 12 de julho, as Ilhas Gilbert tornam-se uma república independente dentro da Comunidade com o nome de Kiribati. Ieremia Tabai torna-se presidente.
1999	Ingresso na ONU

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
2005	Missão oficial brasileira a Kiribati
2010	Estabelecimento das relações diplomáticas
2012	Presidente de Kiribati visita o Brasil por ocasião da Rio+20

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TONGA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Março de 2021

DADOS BÁSICOS SOBRE TONGA	
NOME OFICIAL:	Reino de Tonga
GENTÍLICO:	tonganês
CAPITAL:	Nuku'alofa
ÁREA:	747km ²
POPULAÇÃO (2020 est.):	106 095 mil (CIA)
LÍNGUA OFICIAL:	inglês e tonganês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	protestantismo (64,1%), mormonismo (18,6%), catolicismo romano (14,2%), outras religiões (2,4%)
SISTEMA DE GOVERNO:	monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO:	assembleia legislativa unicameral (26 assentos; 17 representantes eleitos por maioria simples e 9 eleitos indiretamente por líderes hereditários. Os membros servem termos de três anos)
CHEFE DE ESTADO:	Rei Tupou VI (desde 18 de março de 2012)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Pohiva Tu'i'onetoa (desde 8 de outubro de 2019)
CHANCELER:	posição vaga (desde 12 de setembro de 2019)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2018):	US\$ 450,3 milhões (Banco Mundial)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2018):	US\$ 661,9 milhões (Banco Mundial)
PIB PER CAPITA (2018)	US\$ 4 364 (Banco Mundial)
PIB PPP PER CAPITA (2018)	US\$ 6 414 (Banco Mundial)
VARIAÇÃO DO PIB	0,3% (2018); 2,7% (2017); 3,3% (2016) (Banco Mundial)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):	0,717 (105. ^a posição entre 189 países) (ONU)

EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	70,8 anos (ONU)
ALFABETIZAÇÃO (2019):	99,4% (ONU)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	1% (ONU)
UNIDADE MONETÁRIA:	pa'anga
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: Comex Stat*

BRASIL⇒ TONGA	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	1.367	736	644	471	868	880	1186	1.175	1.022	627,8
Exportações	455	703	641	471	868	880	1183	1.175	1.000	576,3
Importações	912	33	3	0	0	0	2,9	0	22	51,5
Saldo	-457	700	638	471	868	880	1180	1.175	978	524,8

PERFIS BIOGRÁFICOS

Rei Tupou VI

24.º Soberano de Tonga



Tupou VI nasceu em 12 de julho de 1959, terceiro e mais novo filho do rei Tupou IV. Começou sua carreira como militar em 1982, tornando-se tenente-comandante das forças de defesa de Tonga em 1987. Em 1988 graduou-se pelo colégio de guerra naval dos EUA e entre 1990 e 1995 foi capitão de navio patrulha, tendo servido em operações de manutenção de paz em Bougainville.

Em 1998 deixou as forças de defesa para trilhar carreira política, ocupando simultaneamente as funções de ministro das Relações

Exteriores e de ministro da Defesa. No ano de 2000 tornou-se primeiro-ministro, mas em 2006 abandonou o cargo por motivos não especificados, em contexto de violentos protestos pró-democracia em fevereiro daquele ano. Em 2008 foi designado alto-comissário de Tonga na Austrália, posição que manteve até 2012.

Em março de 2012, Tupou VI ascendeu ao trono de Tonga após a morte de seu irmão mais velho, o então rei Tupou V (o segundo filho de Tupou IV foi retirado da linha sucessória após casar-se com uma plebeia).

Pohiva Tu'i'onetoa

Primeiro-Ministro



Pohiva Tu'i'onetoa nasceu em 30 de junho de 1961. Com formação em ciências contábeis e administração financeira, é doutor em Ministério Cristão pela *Faith Evangelical Lutheran Seminary* (hoje *Faith International University & Seminary*), EUA. É funcionário público desde 1979 e ocupou o cargo de auditor-geral entre 1983 e 2014.

Elegeu-se membro do Parlamento de Tonga em 2014. Chefiou, durante a gestão de 'Akilisi Pohiva como primeiro-ministro, os ministérios de Trabalho, Comércio e Indústria; de Polícia, Prisões e Combate ao Fogo; de Renda e Alfândega; e de Finanças e

Planejamento Nacional.

Com o falecimento de 'Akilisi Pohiva, foi eleito primeiro-ministro pelo Parlamento em 27 de setembro de 2019. Assumiu o cargo em 8 de outubro seguinte.

RELAÇÕES BILATERAIS

Tonga foi um dos últimos países membros das Nações Unidas com o qual o Brasil estabeleceu relações diplomáticas, em dezembro de 2011.

Em 22 de outubro de 2004 a Missão do Brasil junto à ONU encaminhou nota à representação permanente do Reino de Tonga propondo o estabelecimento de relações diplomáticas. No primeiro semestre de 2005, foi realizada a primeira missão oficial do Brasil a Tonga, chefiada pelo embaixador Arnaldo Carrilho (que na ocasião também visitou Fiji, Kiribati, Samoa e Tuvalu, além de visita oficial ao secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico).

Em junho de 2011 a então embaixadora do Brasil em Wellington visitou Tonga no contexto da candidatura brasileira à Direção Geral da FAO. Foi recebida, na ocasião, pelo então primeiro-ministro e pelas seguintes autoridades: secretário de Estado/CEO do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Mahe'uli'uli Sandhurst Tupouniua; CEO do Ministério da Agricultura & Alimentação, Florestas e Pesca; CEO do Ministério da Educação, Condição Feminina e Cultura, Emeli Pouvalu e a *protocol officer* do MNE, Ilaisipa Alipate, também responsável pela área cultural do Ministério.

O Comunicado Conjunto sobre o estabelecimento de relações diplomáticas foi assinado, por fim, em dezembro de 2011, por ocasião da visita da embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis ao Reino de Tonga, com vigência a partir de 21 de dezembro de 2011.

Durante a visita, a embaixadora foi recebida pelo então primeiro-ministro, Lord Tu'ivakano, e manteve encontros com os ministros da Agricultura, Educação, Turismo, Meio Ambiente e Mudança do Clima e do Comércio e Indústria.

Brasil e Tonga compartilham posições sobre importantes temas da agenda internacional, como meio ambiente e mudança do clima, cooperação agrícola no âmbito da FAO, desenvolvimento sustentável, direito do mar, segurança energética e alimentar e desarmamento e não proliferação, além de ambos terem-se empenhado para declarar América Latina e Pacífico Sul como zona livre de armas nucleares.

Em junho de 2012 a delegação de Tonga na Rio+20 foi chefiada pelo representante permanente do país na ONU, Sonatane Tu'a Taumoepeau Tupou. Na ocasião, o chefe da delegação de Tonga não manteve encontros com autoridades brasileiras.

Em 2015, Tonga expressou informalmente apoio à candidatura de José Graziano para a reeleição da direção da FAO.

Em abril de 2015, o então embaixador Eduardo Gradilone visitou Tonga para apresentar suas credenciais ao Rei do país insular.

Em fevereiro de 2017, o embaixador Paulo Camargo apresentou suas credenciais ao rei Tupou VI de Tonga e manteve encontros com autoridades civis e religiosas do país.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Tonga expressou interesse em estabelecer cooperação técnica com o Brasil em diferentes áreas. Durante sua visita, em 2011, a embaixadora Fontenele Reis entregou ao primeiro-

ministro de Tonga texto de proposta de Acordo de Cooperação Técnica. As principais áreas identificadas pelas autoridades de Tonga são:

Educação: formação de recursos humanos, especialmente nos níveis superior e técnico; envio de estudantes para cursos de graduação no Brasil, com prioridade para cursos na área de engenharia ambiental; capacitação de diplomata tonganês no Instituto Rio Branco.

Gestão de recursos naturais, energia e mudança do clima: levantamento hidrográfico do país ou na modelagem sobre a disponibilidade de água potável no subsolo da ilha (com a preocupação de como as mudanças climáticas podem afetar os mananciais subterrâneos); treinamento de pessoal na área de hidrogeologia e de exploração de minerais em águas profundas "offshore"; cooperação na área de mudança do clima e geração de energia renovável (em particular solar e eólica), bem como compartilhamento de tecnologias para aperfeiçoamento da agricultura.

Esportiva: interesse em receber técnicos brasileiros na área de futebol e de enviar tonganeses para apoiar o treinamento de rúgbi no Brasil. Durante sua visita a Tonga, a embaixadora Fontenele Reis entregou ao seu primeiro-ministro texto de proposta de Acordo de Cooperação na Área de Esportes.

Agricultura e segurança alimentar: em 2011, o Brasil recebeu cinco representantes de Tonga para participação em cursos em diferentes segmentos de cooperação agrícola e, em 2012, 15 tonganeses foram recebidos para participar em cursos organizados pela ABC dentro de seu programa de capacitação em segurança alimentar. Há grande interesse em ampliar a cooperação na área agrícola, com ênfase no manejo de sementes, correção de solos e controle de pragas.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O intercâmbio comercial entre Brasil e Tonga é modesto, mas apresenta potencial de crescimento, conforme atestado pelos intercâmbios recordes de 2011 e 2012. Em 2011, a corrente de comércio atingiu a cifra de US\$ 1,368 milhão, um aumento substancial frente aos US\$ 48 mil de 2002. Após a crise financeira de 2008, a corrente de comércio reduziu-se em quase 50%, atingindo US\$ 208 mil em 2009, com lenta recuperação em 2010 e recorde histórico em 2011.

O recorde no intercâmbio de 2011 foi resultado de um pico de exportações de Tonga (US\$ 912 mil). Em razão desse salto de exportações tonganesas, a tendência de crescimento do saldo comercial a favor do Brasil foi revertida em 2011, quando o Brasil registrou déficit de US\$456 mil no comércio com Tonga. Em 2012 as exportações de Tonga voltaram a níveis reduzidos (apenas US\$ 33 mil), mas as exportações brasileiras continuaram a crescer, registrando US\$ 702 mil e saldo positivo para o Brasil em US\$ 669 mil.

Os produtos que o Brasil importa de Tonga variam de ano a ano, abrangendo frutos do mar congelados, conversores elétricos, parafusos, dispositivos de cristais líquidos, partes de motores de explosão, peixes ornamentais e vitaminas. Já as exportações brasileiras em 2020 (cerca de US\$556 mil) consistiram, basicamente, de enchidos de carne, petróleo, miúdos de frango e partes de máquinas.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há rede consular ou comunidade brasileira em Tonga.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Tonga.

ACORDOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados atos bilaterais entre Tonga e Brasil

APRESENTAÇÃO

Tonga é a única nação da Oceania que nunca perdeu completamente a sua independência. As ilhas que a compõem se uniram no Reino da Polinésia em 1845 e se tornaram uma monarquia constitucional em 1875. Entre 1900 e 1970, esteve sob protetorado britânico e os ingleses preservaram o regime político original da ilha. Em 1970, Tonga retirou-se do protetorado e passou a fazer parte da Commonwealth. Historicamente, o rei escolhia o primeiro-ministro e o gabinete.

Em 2009, foram adotadas reformas constitucionais e eleitorais. Nas eleições de novembro de 2010 o número de representantes do povo no Parlamento aumentou de 9 para 17, enquanto o número de representantes da nobreza se manteve (9). Outra mudança fundamental foi a escolha do primeiro-ministro em votação no Parlamento, e não mais por indicação do monarca.

Desde as reformas de 2010, o primeiro-ministro escolhe o gabinete entre os parlamentares. Entre os ministros que compõem o gabinete, quatro podem ser escolhidos entre indivíduos da sociedade civil ou do setor privado.

Na primeira eleição democrática de Tonga, ocorrida em 25 de novembro de 2010, o *Human Rights and Democracy Party* conquistou 12 das 17 cadeiras de representantes do povo.

Tonga tornou-se membro da ONU em 1999 e da OMC em 2007.

A economia de Tonga depende dos aportes financeiros de fundos internacionais e das remessas de tonganeses que vivem no exterior. As atividades econômicas do país são a pesca e a agricultura de frutas, verduras e legumes tropicais, produção que, além de abastecer o mercado local, é exportada, sobretudo, para a Nova Zelândia e, em menor escala, para a Austrália e o Japão.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1616	Exploradores holandeses são os primeiros europeus a visitar Tonga.
1900	Tonga se torna um estado britânico protegido, mas não é formalmente colonizado.
1958	Tonga adquire maior autonomia da Grã-Bretanha.
1970	Tonga deixa de ser um protetorado britânico e torna-se totalmente independente dentro da British Commonwealth.

1988	Tonga assina acordo permitindo que navios de guerra nuclear dos EUA passem por suas águas.
1999	Movimento pró-democracia organiza convenção para discutir novas constituições mais democráticas.
2005	Ministros eleitos entram no gabinete pela primeira vez. Previamente eram escolhidos pela família real.
2007	Tonga se torna o 151º membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), 12 anos depois de solicitar sua adesão.
2017	O rei Tupou dissolve o parlamento e demite o primeiro-ministro, acusando o governo de ter tentado remover alguns de seus poderes.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Primeira missão oficial do Brasil à Tonga
2011	Estabelecimento das relações diplomáticas
2012	Vinda de delegação de Tonga ao Brasil para a Rio+20
2015	Visita oficial do embaixador brasileiro à Tonga
2017	Visita oficial do embaixador brasileiro à Tonga